



O LUGAR DA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA EM ALGUNS CURSOS DE LETRAS DO RS

André Natã Mello Botton¹

Resumo: Este trabalho pretende discutir o lugar da literatura brasileira contemporânea dentro de Instituições de Ensino Superior (IES). A partir da análise de alguns currículos dos cursos de Letras, mais especificamente, as ementas das disciplinas, de instituições privadas e públicas do Rio Grande do Sul, procuramos ver em quais delas está inserida a disciplina de “Literatura Brasileira Contemporânea” ou alguma que faça referência à literatura brasileira atual. Para isso, procuramos discutir a ideia da educação como maneira de apropriação ou não de discursos, segundo Foucault, e também conceituar “contemporâneo”, segundo Agamben e Barberena, para analisar a aplicação desse conceito nas disciplinas. Mais do que dar respostas, este trabalho quer levantar questões acerca do lugar dado à literatura brasileira contemporânea nos cursos de Letras.

Palavras-chave: Literatura Brasileira Contemporânea. Ensino Superior. Letras.

THE STATUS OF CONTEMPORARY BRAZILIAN LITERATURE IN SOME COURSES OF LETTERS FROM RS

Abstract: This work intends to discuss the place of contemporary Brazilian literature within Institutions of Higher Education (IHE). From the analysis of some curricula of the Literature courses, more specifically, the subjects' papers, from private and public institutions of Rio Grande do Sul, we try to see in which of them is inserted the discipline of "Contemporary Brazilian Literature" or some of that make references to the current Brazilian literature. For this, we try to discuss the idea of education as a way of appropriating or not of speeches, according to Foucault, and also to conceptualize "contemporary", according to Agamben and Barberena, to analyze the application of this concept in the subjects. More than giving answers, this work wants to raise questions about the place given to contemporary Brazilian literature in the literature courses.

Keywords: Contemporary Brazilian Literature. Undergraduate. Letters.

Introdução

A divulgação da lista das leituras obrigatórias do vestibular da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) para 2019² abre caminho para uma discussão que há algum tempo vem sendo feita dentro e fora da Academia: sobre o espaço que a literatura brasileira contemporânea possui ou não dentro das Universidades, mais

¹ Mestre em Letras – Teoria da Literatura, PUCRS, Porto Alegre/Brasil.

² Disponível em: <http://www.ufrgs.br/coperse/concurso-vestibular/vestibular-2019/concurso-vestibular-2019/leituras-obrigatorias-2017> Acesso em maio de 2018.



especificamente, para a inclusão de obras de autores e autoras que não são vistos como canônicos, mas que estão à margem da dita “alta literatura”. A UFRGS, desde o processo seletivo de 2018, começou a incluir em seu rol de leituras para o vestibular autores como Carolina Maria de Jesus, mulher negra que viveu durante a década de 60 na extinta favela do Canindé, em São Paulo, e do gaúcho Michel Laub, que cada vez mais vem conquistando o seu espaço dentro do cenário da literatura hodierna e que não está inserido no eixo Rio-São Paulo. No entanto, para 2019, a lista está muito mais heterogênea, uma vez que inclui esses dois autores, mais a poeta Florbela Espanca, que viveu entre o final do século XIX e início do XX em Portugal; Maria Firmina dos Reis, mulher negra que morou no Maranhão de 1822 a 1917 e escreveu o romance *Úrsula*, considerado o primeiro livro abolicionista brasileiro e um dos primeiros escrito por uma mulher; ao lado delas, aparecem autores consagrados pela crítica e que compõem um cânone estabelecido, como William Shakespeare, Machado de Assis, Erico Verissimo, Clarice Lispector, Valter Hugo Mãe, Caio Fernando Abreu, entre outros.

A inclusão dessas autoras e autores ao lado de nomes consagrados pela crítica nos permite levantar uma série de perguntas relativas ao espaço que a literatura brasileira contemporânea tem ganhado nas universidades. Em um primeiro momento, o que se pode inferir é que a Academia tem possibilitado a entrada de escritoras e escritores que não possuem (ou até então, não possuíam) o mesmo prestígio que outros teriam ganhado ao longo do tempo. Contudo, nos resta saber se outras instituições de ensino superior, durante as aulas dos cursos de Letras, também estão trabalhando com esses e outros autores.

É perceptível que a literatura brasileira nos últimos anos tem ganhado uma nova visão, não mais a partir de um centro que define um cânone, mas desde um local que foi tomado como periférico ou marginal e que faz o *seu* cânone. Autores que escrevem, discutem e tornam visíveis, em suas obras – e estas dos mais diversos gêneros –, a sua realidade, o local social que estão. A favela, por exemplo, tem ganhado um espaço de discussão muito importante dentro e fora da Academia, mesmo assim, a inclusão de autores vindos desse lugar ainda é questionado por muitos teóricos. Por exemplo, uma das questões levantadas é se a sua produção cultural é literatura de “qualidade” ou não, uma vez que a grande maioria das obras

críticas sobre esses textos estão voltados muito mais para o aspecto social do que



para a estrutura literária presente no texto em si. Nesse sentido, trazer para dentro da Academia obras ditas periféricas dá uma importância e ao mesmo tempo legitimidade e reconhecimento que comunidades carentes brasileiras nem sempre tiveram.

O questionamento do presente trabalho é voltado para o espaço que a Academia, mais precisamente 11 Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, cinco públicas e seis privadas, dão para as obras literárias brasileiras contemporâneas. Dessa forma, o estudo das ementas das disciplinas mais o programa de leituras levou em consideração a abordagem pela disciplina do conceito de “contemporâneo”, discutido por Agamben (2009) e Barberena (2015), para um estudo mais amplo e comparativo de quem está sendo trazido para dentro das salas de aula dos cursos de letras. A escolha das universidades foi baseada a partir da visibilidade das instituições, sem nenhum tipo de avaliação qualitativa de qualquer origem. De modo mais extenso, os questionamentos neste trabalho seguem muito mais amplos, dentro de uma escala a respeito do ensino e da legitimação do que é transmitido dentro do Ensino Superior.

Admitindo-se a ideia de conhecimentos aceitos, a questão de sua transmissão subdivide-se pragmaticamente numa série de questões: quem transmite? O que é transmitido? A quem? Com base em quê? E de que forma? Com que efeito? Uma política universitária é formada por um conjunto coerente de respostas a estas questões. (LYOTARD, 1998, p. 88).

é considerada, pelo contrário, o universo (palavra que dá origem à *universidade*) literário, na maioria dos casos, não é avaliado.

Uma teoria

Em seu já consagrado livro *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*, a professora Regina Dalcastagnè levanta uma série de questões relativas ao lugar de fala das personagens e dos narradores das obras literárias e também do lugar da crítica feita às obras. Os espaços que esses atores sociais estão inseridos são levados em conta para, no último capítulo, apresentar o resultado de sua pesquisa que mapeou obras publicadas entre 1990 e 2004 referente a esses locais de fala. A pesquisa comprovou uma ausência dentro dos romances estudados e apresentou uma invisibilidade de grupos que estão à margem da sociedade brasileira. “Nesse caso, os escritores estariam representando justamente essa invisibilidade ao deixar de fora das páginas de seus livros aqueles que são deixados à margem de nossa sociedade.” (Dalcastagnè, 2012, p. 147). Ou seja, a literatura estaria representando a mesma invisibilidade e exclusão que a sociedade faz a determinados grupos sociais marginalizados. Desse modo, o que se percebeu foi um

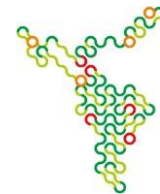


padrão nas publicações, em sua grande maioria os autores são homens, brancos, heterossexuais, moradores do eixo Rio-São Paulo, bem como as suas personagens. As obras apresentam um silenciamento e uma invisibilidade da diversidade cultural que o país possui. Com isso, a questão que norteou a pesquisa da professora Regina Dalcastagnè foi *qual é o lugar de fala?* para perceber as vozes que estão nos romances brasileiros contemporâneos. Ou seja: “[...] quem fala e em nome de quem. Ao mesmo tempo, discutem-se as questões correlatas, embora não idênticas, da legitimidade e da autoridade (palavra que, não por acaso, possui a mesma raiz de autoria) na representação literária.” (Dalcastagnè, 2012, p. 17).

Contudo, o que propomos neste trabalho é um passo além, que Dalcastagnè também dá em sua obra: *de onde se ouve?*. “Portanto, ao lado da discussão sobre o *lugar da fala*, seria preciso incluir o problema do *lugar de onde se ouve*. Afinal, é daí que a literatura recebe sua valoração.” (Dalcastagnè, 2012, p. 43, grifos da autora). Não apenas perceber as vozes, mas ouvi-las e dar espaço para que sejam assimiladas por quem está dentro das Instituições, isso garantiria reconhecimento às obras, pois, ainda, quem avalia os discursos são aqueles que estão dentro das universidades e que trabalham com educação. O que se percebe é que, conforme Foucault, nas instituições de ensino há um grupo de controle de discursos, que só entra o que é permitido e aprovado por esses grupos. Nem todas as regiões do discurso são abertas, algumas são, inclusive, proibidas.

Enfim, em escala muito mais ampla, é preciso reconhecer grandes planos no que poderíamos denominar a apropriação social dos discursos. Sabe-se que a educação, embora seja, de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede, as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo. (FOUCAULT, 1996, p. 44).

Foucault encara a educação como apropriação social de determinados discursos. Nesse sentido, a educação deveria garantir o acesso aos mais diversos e diferentes tipos de discursos que todo o sujeito tem direito de receber. Mas isso nem sempre acontece pelos mais variados motivos, desde uma questão de tempo até pela escolha consciente de usar ou não certos textos. Ao mesmo tempo, a educação é usada de maneira política de escolha e apropriação dos discursos, e isso inclui todos os saberes e poderes inerentes aos textos literários ou mesmo críticos. Mas, a partir do momento que a educação abre espaço para outros discursos entrarem, ela também permite que essas vozes, que até então



estavam fora, entrem e saiam com um novo status, uma vez que estão dentro da Academia, possibilitando, assim uma mudança no olhar. Mas o que está por trás dessas restrições e permissões é nada mais que um jogo político de interesses, sendo que nem todos possuem as mesmas oportunidades de serem discutidas. E o fazer da crítica literária está presente também nesse meio, pois,

A formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle (é o que se passa, por exemplo, quando uma disciplina toma forma e estatuto de discurso científico); e, inversamente, as figuras do controle podem tomar corpo no interior de uma formação discursiva (assim, a crítica literária como discurso constitutivo do autor): de sorte que toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias do controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais. Entre o empreendimento crítico e o empreendimento genealógico, a diferença não é tanto de objeto ou de domínio mas, sim, de ponto de ataque, de perspectiva e de delimitação. (FOUCAULT, 1996, p. 66-67).

Mais uma vez o que se percebe são as tentativas de controle, de permissão do que pode ou não entrar na educação. A formação do discurso sobre uma obra se faz nesses procedimentos de controle, conforme o exemplo, quando uma disciplina se torna científica, ganhando, assim, legitimidade; e, quando as figuras de controle ganham corpo dentro de uma formação discursiva, ou seja, a legitimidade da crítica literária. O fazer da crítica literária, para Foucault, se dá quando o crítico leva em conta o espaço discursivo da formação do discurso e no estudo genealógico quando no trabalho com o texto literário se percebe os limites discursivos na formação do texto. Em outras palavras, ao fazer crítica devemos voltar o olhar também para o lugar de onde é feita a crítica, ou seja, seria questionar-se a respeito do lugar de fala dos autores. Perceber o discurso produzido por eles, mas não apenas isso, ir além, ver de onde esse discurso se forma. E ao fazer isso, a perspectiva do crítico não deve ser limitadora, mas aberta para o texto, para o discurso produzido pelo autor ou pela autora. Em sua maioria, percebemos que não há essa abertura. Constantemente, nota-se apenas a continuação e a afirmação de um determinado corpus literário que é estudado e que não permite abertura a outro tipo ou outros discursos, desse modo, dá voz a alguns e silencia outros. A impossibilidade de associar uma crítica com um trabalho de cunho mais social permanece forte. Nesse mesmo caminho, Pierre Bourdieu vai afirmar que a escola e o nível de instrução contribuem para o conhecimento e para o reconhecimento das obras de arte.

À hierarquia socialmente reconhecida das artes – e, no interior de cada uma delas –, dos gêneros, escolas ou épocas, corresponde a hierarquia social dos consumidores. Eis

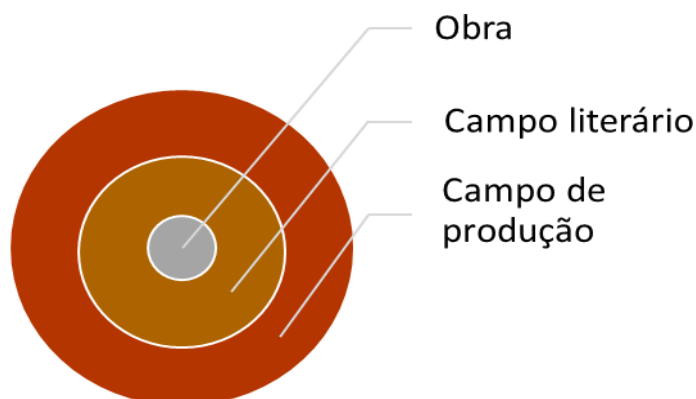


o que predispõe os gostos a funcionar como marcadores privilegiados da ‘classe’.
 (Bourdieu, 2015, p. 9).

O que qualificaria um texto como bom ou ruim é o consumo desses bens, mas antes disso, a hierarquia social dos seus consumidores. É o campo literário – e todos aqueles que o compõe – é que determinam e geram critérios de legitimidade e consagração para a crítica. Além disso, Bourdieu considera a produção artística dentro da história e afirma a necessidade de ser vista em seu contexto de produção de outras obras realizadas no mesmo período de tempo. “Ao circunscrever em seu bojo, de modo cada vez mais intenso, a referência à sua própria história, a arte faz apelo a um olhar histórico; ela exige ser referida não a este referente exterior que é a ‘realidade’ representada ou designada, mas ao universo das obras de arte do passado e do presente.” (Bourdieu, 2015, p. 11).

Assim como em Foucault, a influência das condições econômicas e sociais na produção, e além de tudo, na apreciação da arte, deve estar relacionada e precisa ser levada em consideração. Desse modo, quem atribui valor à obra de arte não é ela em si, mas o campo de produção.

O produtor do *valor da obra de arte* não é o artista mas o campo de produção enquanto universo de crença que produz o valor da obra de arte como *fetichê* produzindo a crença no poder criador do artista. Dado que a obra de arte não existe enquanto objeto simbólico dotado de valor a menos de ser conhecida e reconhecida, ou seja, socialmente instituída como obra de arte por espectadores dotados da disposição e da competência estéticas que são necessárias para a conhecer e a reconhecer como tal, a ciência das obras tem por objeto não só a produção material da obra mas também a produção do valor da obra ou, o que vem a dar no mesmo, da crença no valor da obra. (BOURDIEU, 1996, p. 262, grifos do autor).



Desenvolvido pelo autor.

Nesse sentido, a obra de arte ganha valor não pelo valor em si, mas pela atribuição feita por todo um campo literário e cultural a ela atribuído. Por isso, entende-se o julgamento dos mesmos tipos de autores, de obras e de histórias. A obra está inserida em um campo literário que atribui a crença no valor de determinada obra, contudo, antes disso, esse campo literário está dentro de um campo de produção.



Isso explica o porquê das mesmas obras serem trabalhadas e escolhidas dentro da Academia. Há dois campos que influenciam nas escolhas dos discursos. Não é a obra em si, pelo seu valor, mas pelo valor externo e pré-determinado, muitas vezes sem o conhecimento prévio, muito mais pela crença, conforme Bourdieu explicita, do que pela qualidade do texto.

O contemporâneo na Academia

Ao fazer a análise das grades curriculares dos cursos, a primeira impressão foi a de que há certo medo em dizer “literatura brasileira contemporânea” nos títulos das disciplinas. Das onze universidades, sete empregam o termo “contemporâneo”. Esse conceito nos remete

diretamente ao texto de Giorgio Agamben, *O que é o contemporâneo?*, em que o filósofo discute as relações entre o autor e o seu tempo, de distância e proximidade.

A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a *relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo*. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela. (AGAMBEN, 2009, p. 59, grifos do autor).

Assim, ser contemporâneo não remete apenas a uma questão ou delimitação temporal, mas antes de tudo, de percepção espacial. Ao mesmo tempo em que o autor deve estar relacionado com o seu tempo, ele deve tomar distâncias para, nos termos de Agamben, perceber as trevas do seu tempo e não apenas as luzes. O contemporâneo seria essa luz que não nos alcança, que está constantemente em viagem até, um já ainda não.

Perceber no escuro do presente essa luz que procura nos alcançar e não pode fazê-lo, isso significa ser contemporâneo. Por isso os contemporâneos são raros. E por isso ser contemporâneo é, antes de tudo, uma questão de coragem: porque significa ser capaz não apenas de manter fixo o olhar no escuro da época, mas também de perceber nesse escuro uma luz que, dirigida para nós, distancia-se infinitamente de nós. (AGAMBEN, 2009, p. 65).

A coragem de ser contemporâneo está na percepção das luzes e das sombras do presente, ao mesmo tempo que põe em relação o seu tempo com outros tempos históricos. Nessa perspectiva de relação temporal, Barberena (2015), também a partir da leitura do texto de Agamben (2009), discute a perspectiva do contemporâneo, indo além ao afirmar



que ser contemporâneo estaria na identidade do autor, naquilo que ele diz e não no tempo em que está situado.

Para Barberena (2015), contemporaneidade não tem relação com atualidade, pois não há demarcações precisas de quando inicia esse “tempo” e quando termina. Contudo, a questão é esta: *quando* inicia o contemporâneo? Mesmo assim, a principal característica da contemporaneidade seria justamente a sua fragmentação ou a sua indeterminação.

Particularmente, no sentido do que aqui se investiga, a contemporaneidade se encontra, agora, marcada pela fragmentação e pelo descentramento nas paisagens culturais de classe, raça, gênero, nacionalidade, que, em tempos iluministas, haviam gerenciado uma estável condição social. E, devido a esta nova conjuntura contemporânea, a discussão acadêmica se apresenta situada num campo teórico um período de planetarização e internacionalização dos bens culturais. (BARBERENA, 2015, pp. 74).

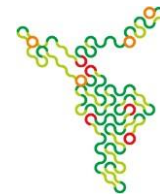
Pelo mesmo caminho de investigação, o que se percebe é esse descentramento, em que não há mais um centro, mas um todo. Todo fragmentado, disforme e múltiplo, em pedaços, divididos em questões culturais de classe, raça, gênero e nacionalidade. Diferentemente de outros tempos ou escolas literárias, o contemporâneo não é sólido – em oposição ao conceito de modernidade líquida de Bauman; desse modo, a Academia também encontra dificuldade em delimitar o que seria uma Literatura Contemporânea, pois as Instituições também estão dentro desse campo oscilante e móvel, contudo, pedem, ao mesmo tempo, uma redefinição.

A análise

Do levantamento feito *a priori* das Instituições, entramos em contato com 11 que pudessem contribuir com a pesquisa. Dessas, apenas sete empregam o termo “contemporâneo” no nome de alguma(s) disciplina(s). Contudo, devido à falta de resposta aos contatos (e-mails que enviamos para as Universidades) e também pela falta de conteúdo a respeito das ementas nos sites, pudemos ter acesso a apenas sete ementas, entre disciplinas com ou sem o uso desse termo. Nas IES privadas, apenas duas possuem em seu título o termo contemporâneo, já nas públicas, das três, duas o utilizam. Dessa forma, a análise se dará em apenas quatro cursos de Letras, das seguintes IES: ULBRA e PUCRS², universidades privadas; e FURG e UFPEL, universidades públicas.

Ao estudarmos o conteúdo das ementas, as instituições, em sua maioria, discriminam que a abordagem se passa sempre a partir de um olhar mais temporal, determinando entre as décadas de 1945 até 1990, ou, ao mesmo tempo, o estudo de “autores contemporâneos” sem

determiná-los. Por exemplo, a FURG (Universidade Federal do Rio Grande), na



disciplina “Ficção Brasileira Contemporânea”, apresenta-a da seguinte maneira:

Modernidade, contemporaneidade e pós-modernidade. Crônica e conto: aproximações. A modernidade e seus laços complexos: a crise do homem, contração espaço-tempo, retorno ao mito, saídas de emergência. O Brasil nos anos 1960 e 1970 e o golpe militar: censura e crise de identidade. Ficção contemporânea brasileira: situação do conto e do romance. Escritores contemporâneos³.

No texto a respeito da disciplina há uma marcação temporal muito clara: modernidade (trabalho com a ideia de crise do homem), pós-modernidade e contemporaneidade. Há um caminho histórico e processual a ser percorrido dentro da disciplina ligando essas épocas a conceitos como identidade e fragmentação. Este último, uma vez que não está explícito, parece-nos que consta nessa divisão estrutural de épocas. Vale ressaltar também que o corpus de análise varia entre os contos e os romances dessas épocas.

A UFPEL (Universidade Federal de Pelotas) possui em sua grade do currículo de Letras a disciplina “Narrativa Brasileira Contemporânea” com a ementa: “Análise da literatura brasileira contemporânea por meio da leitura crítica de corpus representativo da produção narrativa de ficção.” Com esse texto não fica claro qual será a abordagem da disciplina, porém, no programa, há a especificação dos conceitos a serem desenvolvidos, tais como a fragmentação do sujeito, “tapete de signos” (quanto à criação literária, segundo Barthes) e sobre a representação e a sua relação com a cultura. Por meio disso, percebemos a abordagem da multiplicidade no contemporâneo. A crítica dos textos literários é feita a partir dessa percepção de um sujeito descentrado e fragmentado, uma vez que considera o texto literário como espaço de construção do imaginário cultural.

Já a disciplina “Literatura Brasileira III: Contemporânea”, da ULBRA (Universidade Luterana do Brasil), possui como ementa:

Estudo da relação entre arte e sociedade e das diferenças regionais brasileiras. Abordagem crítica da prosa e da poesia no Século XX, do modernismo à pós-modernidade. Conhecimento e análise do romance, do conto e da poesia contemporânea, bem como do teatro brasileiro na contemporaneidade e das relações

³ (Disponível em: https://www.furg.br/bin/cursos/tela_ql_visual.php?cd_curso=061 Acesso em maio de 2019).



entre a arte literária e o cinema. (Texto disponibilizado via e-mail pelo Professor Doutor Ítalo Ogliari).

Desse modo, percebemos que a abordagem do estudo da literatura se dará pela relação que possui com o social. Delimita também o tempo (Século XX) e os gêneros que serão trabalhados ao longo do curso. Porém, vai além do texto literário em si e inclui o cinema, arte característica da modernidade. Nesse texto, não se fala a respeito de sujeito ou de conceitos vistos anteriormente. Contudo, percebemos, mais uma vez, que há essa construção do estudo desde o modernismo, passando pelo pós-modernismo até chegar ao contemporâneo. Há a demarcação da contemporaneidade como mais uma escola literária.

No curso de Letras da PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), há a disciplina “Questões de Literatura Contemporânea” com a seguinte ementa: “Escrita feminina na literatura contemporânea: o conto, a poesia e o romance de autoria feminina. Textos escritos por mulheres no Brasil, Portugal e América Latina.” (Texto disponibilizado pela Professora Doutora Maria Eunice Moreira, ministrante da disciplina no período letivo de 2018/01). Nessa síntese da disciplina, percebemos a clara demarcação de quais textos serão estudados: os de autoria feminina. Há a inclusão de autoras que não fazem parte de um “cânone” literário. Nos objetivos apresentados pela professora, há a demarcação temporal dos textos escolhidos para estudo: a partir dos anos 90 do século XX. Aqui os romances, contos e textos poéticos são mais próximos da atualidade, contudo, verificando a lista das obras escolhidas, percebe-se que o trabalho não fica apenas na temporalidade, mas vai além, pois inclui autoras negras, autoras brasileiras de regiões que não fazem parte do eixo Rio-São Paulo e outras da América Latina, de países como Chile e Argentina. Com isso, percebemos a preocupação no trabalho crítico do curso de incluir dentro da Academia a escrita feminina, visto que, na maioria dos casos, elas são esquecidas, como se não houvesse autoras dentro da literatura.

Considerações finais

Temos a consciência de que, para um estudo mais completo, seria necessária a abordagem das obras literárias trabalhadas em sala de aula por todos os cursos de Letras. Mas como esses dados não nos foram disponibilizados até o momento, fizemos o estudo das ementas daquelas disciplinas que abordam de alguma forma o conceito



“contemporâneo”. Dessa forma, o que apresentamos até aqui são as conclusões parciais de um estudo que vai além e que é muito mais amplo.

Conforme as conceituações de Agamben (2009) e de Barberena (2015), percebemos que o contemporâneo vai muito além de uma demarcação temporal, por mais que haja a urgência de delimitá-lo. As características desse conceito estão mais voltadas para o olhar que os autores e autoras possuem de seu tempo, ou seja, do modo como encaram o sujeito enquanto fragmentado e disforme em seu espaço social. Urge levar isso em conta na análise das obras literárias que serão trabalhadas nas disciplinas dos cursos de Letras para que a universalidade das Instituições de Ensino Superior aconteça.

As IES aqui apresentadas estão em conformidade com essa percepção de um sujeito contemporâneo múltiplo e descentrado. Em sua grande maioria, as disciplinas acabam por delimitar um espaço temporal que ajude e contribua para mostrar quais obras entram nesse período. Mesmo assim, quase todas traçam esse caminho histórico desde a modernidade até a contemporaneidade.

O desejo é que este trabalho continue e insistiremos, junto às IES, no acesso às obras para um maior detalhamento de quais estão sendo trazidas para as discussões nas Instituições de Ensino Superior. Por fim, fica o contentamento em perceber que um espaço significativo dentro da Academia é dado a vozes que nem sempre tiveram esse lugar de discussão e de apreciação crítica. Aquela abertura da educação para outros discursos, segundo Foucault, aos poucos está sendo feita.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

BARBERENA, Ricardo. Quando a literatura brasileira contemporânea não se encontra na contemporaneidade. In. DALCASTAGNÈ, Regina. AZEVEDO, Luciene. (Orgs.). **Espaços possíveis na literatura brasileira contemporânea**. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. Gênese e estrutura do campo literário. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Editorial Presença, 1996.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 3. ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.



DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso.** Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna.** 5. ed. Trad. Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.